



Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Campo Grande – MS

2022

- Aprovado pela Deliberação CE-UEMS N° 369, de 14 de julho de 2022.
- Homologado pela Resolução CEPE-UEMS N° 2.463, de 30 de agosto de 2022.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO | 3 |
| 2. COMISSÃO INSTITUÍDA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO | 3 |
| 3. INTRODUÇÃO | 3 |
| 4. CONCEPÇÃO DO CURSO | 5 |
| 4.1 Objetivo Geral | 6 |
| 4.2 Objetivos Específicos | 6 |
| 4.3 Perfil profissional do egresso | 6 |
| 4.4 Competências e habilidades | 7 |
| 4.5 Metodologia | 7 |
| 4.5.1 Estrutura Administrativa, Pedagógica e Técnica | 7 |
| 4.5.2 Sistema de Tutoria | 9 |
| 4.5.3 Encontros e Atividades Presenciais | 10 |
| 4.5.4 Polo de Atendimento Presencial | 11 |
| 4.5.5 Infraestrutura e Processos de Gestão Acadêmico-Administrativa | 11 |
| 4.5.6 Avaliação da Aprendizagem | 12 |
| 4.5.7 Avaliação do Curso | 13 |
| 4.5.8 Integração Teoria e Prática | 13 |
| 5. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO | 14 |
| 5.1 Atividades Acadêmicas de Extensão e Cultura | 14 |
| 5.2 Inclusão, Diversidade e Formação Acadêmica | 15 |
| 6. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO | 18 |
| 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) | 18 |
| 8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES | 19 |
| 9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR | 20 |
| 9.1 Disciplina optativa | 20 |
| 9.2 Matriz curricular | 20 |
| 10. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO | 22 |
| 11. EMENTÁRIO, DISCIPLINAS E BIBLIOGRAFIAS | 22 |
| 12. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS | 39 |

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Modalidade: Tecnológico

Habilitação: Tecnólogo em Gestão Pública

Local de oferta: Pólos EaD das Unidades Universitárias de Dourados, Coxim, Campo Grande, Amambai, Glória de Dourados

Número de Vagas: 200 (50 vagas por polo)

Regime de Oferta: Educação à Distância (EaD)

Forma de Organização: única oferta

Período de Integralização: Máximo 3 Anos

Total da Carga Horária: 1.602 horas

Tipo de Ingresso: Processo Seletivo vigente da UEMS

Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública – Modalidade de Educação à Distância (EaD) – Ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) é uma parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul (ESCOLAGOV).

2 COMISSÃO INSTITUÍDA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

A comissão foi constituída pela Portaria PROE-UEMS n. 12 de 08 de Março de 2022, publicada em DO 10775 de 11/03/2022, ficando composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Carlos Otávio Zamberlan (presidente)

Prof. Dr. Miguel Angelo Batista dos Santos

Prof. Dr. Ernani Carpenedo Busanello

Prof. Dr. Frederico Fonseca Fernandes

Prof. Dr. Airton de Moura Pinto

Prof. Dra. Cláudia Maria Sonaglio (ESCOLAGOV/UEMS)

3. INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, tem sua sede localizada no município de Dourados, distante 220 quilômetros da Capital Campo Grande. Todavia, sua estrutura está baseada em um sistema multicampi com distribuição de Unidades Universitárias em 15 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul: Dourados (Sede), Amambai, Ivinhema, Jardim, Aquidauana, Mundo Novo, Nova Andradina, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Maracaju, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porã e Campo Grande. Em grande parte dessas unidades a UEMS possui polos de Educação à Distância (EaD) e/ou está habilitando Unidades para se tornarem Polos EaD, através de investimentos em infra-estrutura e capacitação humana. A intenção é de atender demandas específicas e realizar ofertas inovadoras no âmbito educacional em diversos níveis de ensino, desde cursos abertos massivos em linha (MOOC – *Massive Open Online Course*) passando por cursos tecnológicos, de graduação e, até, de pós-graduação, podendo, inclusive inovar em possíveis ofertas híbridas, desde que permitidas pela legislação vigente.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, nasce no seio desse mote como uma parceria estratégica entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e seu mantenedor, o estado de Mato Grosso do Sul. Ele, primeiramente, provém de uma demanda do estado de Mato Grosso do Sul, através da SAD (Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização), em parceria com a EscolaGov, pela formação superior de seu quadro de funcionários a fim de desenvolver competências de gestão pública de forma a se pensar condutas que possibilitem um melhor atendimento à sociedade sul-mato-grossense com melhor alocação de recursos e definições de condutas que venham possibilitar a melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida da população.

Além disso, a complexidade atual das relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais demandam um novo perfil de gestor público, um profissional que atente para isso e tenha capacidade de ver a atuação do gestor de forma sistêmica e interrelacional. Um profissional capaz de pensar, propor e/ou implementar ações que estejam alinhadas com uma demanda por condutas sistêmicas e holísticas por parte dos atores que representam as forças que atuam nesse contexto, que de uma forma ou de outra, possuem, no agente público, um direcionador de ações para um desenvolvimento mais dinâmico e integrado do território.

A complexidade das relações atuais está calcada na interdependência dos agentes econômicos e sociais, levando em consideração fatores culturais, políticos e ambientais, que se alicerçam na necessidade, cada vez mais saliente, de um pensar e agir sistêmico e sustentável, não apenas em termos de preservação do meio ambiente, como pode-se observar pela degradação ambiental existente e pelas mudanças climáticas que estão ocorrendo, mas de todo um ecossistema, onde o ser humano está inserido, com suas características de diversidade de gênero e cultura. Formas distintas de culturas se refletem em modos diferentes de expressão e de sua preservação e evolução, incluindo nisso, suas relações econômicas calcadas nessa diversidade e interculturalismo.

Isso se traduz em culturas diferentes, de grupos, etnias, podem ser vistas como riquezas de uma região, refletem a forma que as pessoas buscam sobreviver, evoluir, se preservar; portanto, suas ações, também no campo econômico, estão alicerçadas em aspectos de suas culturas, que são fruto de uma trajetória intergeracional, que demandam do agente público, atenção, respeito e ações estratégicas para proporcionar aos distintos grupos étnicos e sociais, uma melhoria contínua na qualidade de vida e nas condições de cidadania. Cabe aos gestores públicos possuírem uma capacidade de percepção e interpretação da realidade de forma a considerar todas essas características, de forma a atuarem considerando-as e inserindo-as nas suas condutas. A formação profissional tecnológica está respaldada na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), o que lhe dá um alicerce calcado em um contexto histórico, que se baseia nas necessidades de qualificação para o mercado de trabalho. Entretanto, a consolidação da formação profissional tecnológica tem ampliada sua importância a partir do encaminhamento das Diretrizes Curriculares

Nacionais no Nível Tecnológico, conforme apontado no Parecer CNE/CP 29/2002. Nesse mesmo Parecer é salientado que os novos modos de organização da produção, combinados com as crescentes inovações tecnológicas, requerem que todos os trabalhadores possuam escolaridade básica e com adequada e contínua qualificação profissional, onde surge a demanda pelo tecnólogo, que está no limiar da fronteira com o bacharel, mas que apresenta uma identidade própria e específica em cada área de atividade econômica e está sendo cada vez mais requerido pelo mercado de trabalho em constante evolução, pois, esse profissional não é fruto de um instrumento de política assistencialista e ajustado às demandas de mercado, se não um ente fruto de uma visão estratégica onde se constrói a formação baseada em conquistas científicas e tecnológicas, dando uma melhor compreensão do processo global onde o elemento técnico se insere (CNE 29/2002). Conforme a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) a educação tecnológica não deverá se calcar apenas na preparação dos indivíduos para atender exigências do mercado; mas, também, para assumir a formação humana e cidadã dos trabalhadores brasileiros de forma a assegurar-lhes a permanente atualização frente aos avanços e desafios do desenvolvimento. Dessa forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública vem ao encontro dessa diretriz calcando em uma abordagem tecnológica e de formação global na sua estrutura cognitiva, que possibilita o acadêmico a ter uma formação que lhe propicie atender aspectos ligados à realidade atual, mas lhe dando, ao mesmo tempo, autonomia de adaptação para um mundo em transformação.

Considerando o exposto, este curso no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, atende às demandas geradas por esse contexto geográfico, socioeconômico e de qualificação profissional, bem como se constitui pelos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano de Desenvolvimento da Educação, às finalidades da UEMS, assim como às diretrizes curriculares nacionais e às orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), indo além do aspecto puro do atendimento à demandas atuais, mas possibilitando adaptar-se e respeitar o todo e sua evolução.

4. CONCEPÇÃO DO CURSO

As relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais estão cada vez mais complexas, pois a sociedade evolui, inova, se mescla e, portanto, demanda um novo perfil de gestor público, ciente de toda essa complexidade. Frente a isso, esse curso se rege por uma lógica que tende a atuar na compreensão do processo educacional como um sistema que vai além de diretrizes técnicas, buscando o pensar holístico associado ao técnico, de forma que o indivíduo seja capaz de contextualizar as informações e suas condutas considerando o todo econômico, social e ambiental.

Para tanto, o curso foi estruturado com a finalidade de habilitar profissionais na atuação em Gestão Pública nas variadas frentes dessa profissão, fundamentando-se na compreensão da sociedade e suas culturas buscando uma articulação do atendimento às demandas públicas e de desenvolvimento dos sistemas de gestão de modo a melhorar a alocação de recursos e pensar

políticas públicas de modo estratégico a fim de melhorar a ação do Estado para com sua população. Considerando isso, esse curso tem como objetivo desenvolver capacidades para pensar a gestão pública dentro dessa ótica mais inclusiva e ecossistêmica.

A seleção se dará com base em Processo Seletivo Institucional (PSI) por meio de edital específico. Os polos de oferta das atividades presenciais serão aqueles credenciados pela UEMS como polos de EaD, nas unidades de Dourados, Coxim, Campo Grande, Amambai, Glória de Dourados.

4.1 Objetivo Geral

Desenvolver profissionais com capacidade para pensar a gestão pública de forma a facilitar o desenvolvimento através de condutas que se alicercem em políticas públicas includentes e comprometidas com a sustentabilidade e com as transformações sociais que buscam a promoção da melhoria da qualidade de vida das distintas comunidades que formam os cidadãos de um território, seja ele qualquer espaço em uso, urbano ou rural, uma localidade municipal, um município, estado ou país.

4.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo desse curso é necessário:

- desenvolver a capacidade crítica dos profissionais a ponto de que suas percepções os levem a refletir sobre as realidades sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais de forma a compreender como suas ações no campo da gestão pública podem influenciar em toda complexidade desse ecossistema;
- propiciar embasamento teórico e prático referente às competências necessárias para atuação na gestão pública;
- criar condições para o aprendizado contínuo e autônomo de métodos de identificação, análise e resolução de problemas ligados aos diversos processos e rotinas que envolvem a gestão pública.
- Desenvolver formas de racionalizar a gestão pública, tornando-a mais reflexiva de modo a pensá-la por meio de uma real distinção do público e do privado.

4.3 Perfil profissional do egresso

Conforme o Parecer CNE/CP N. 29/2002 os cursos superior de tecnologia devem buscar uma formação contínua privilegiando a construção do pensamento crítico e autônomo do educando de forma a construir proposições que garantam identidade favorecendo respostas às necessidades e

demandas de formação tecnológica do contexto social, com ampla capacidade adaptativa ao contexto global em constante transformação.

Frente a isso, o Tecnólogo em Gestão Pública, mediante a base de conhecimentos científicos, tecnológicos e técnicos, e de acordo com o CNCST, devem ser capazes de pensar e agir estrategicamente frente aos desafios da gestão pública considerando o ambiente social, econômico e ambiental de forma integrada; dominar conhecimentos de métodos de gestão pública inovadores, possibilitando um planejamento colaborativo, bem como ações de monitoramento e avaliação de resultados; atuar de forma humana nos assuntos relacionados à gestão pública; identificar e analisar problemas relativos à gestão pública e políticas públicas no contexto em que se apresentam; atuar como gestores aptos a pensar e implementar políticas para atingir metas estabelecidas nos planejamentos de Estado e Governo; e pensar políticas públicas integradoras considerando a diversidade social brasileira, sua formação e características socioeconômicas e culturais.

4.4 Competências e habilidades

O Curso visa formar Tecnólogos que tenham desenvolvido as seguintes competências e habilidades:

- a) comunicação clara com adequação à linguagem oral e escrita;
- b) consciência de cidadania, ética e responsabilidade profissional;
- c) respeitabilidade dos limites impostos pela sociedade;
- d) análises econômicas, sociais e políticas;
- e) avaliação socioeconômica e culturais integradas;
- f) liderança e negociação de conflitos; e
- g) adaptabilidade.

4.5 Metodologia

4.5.1 Estrutura Administrativa, Pedagógica e Técnica

A Educação a Distância (EaD) oferece diferentes possibilidades de práticas educativas e sociais, a partir de características próprias da modalidade quanto a sua forma de organizar as ações de ensino para favorecer a aprendizagem e, conseqüentemente, os processos formativos profissionais.

Para tal, exige organização institucional e mediação pedagógica que garantam condições necessárias à efetivação da proposta de formação. Na EaD, o processo formativo não é centralizado no professor, mas em uma equipe de profissionais que auxiliam na organização, edição, diagramação, entre outras ações, dos materiais didáticos e dos espaços virtuais. Trata-se, então, de uma ação complexa e coletiva, de todos os indivíduos que estão envolvidos no processo de formação, direta ou indiretamente, desde a equipe que elaborou o Projeto Pedagógico do curso até

aqueles responsáveis por sua implementação.

Por isso, os cursos na modalidade a distância devem ser planejados, estruturados e implementados por todos os envolvidos no processo formativo, em uma perspectiva sistêmica e colaborativa. Dessa forma, para o seu funcionamento, o curso contará com uma estrutura administrativa-pedagógica-técnica-tecnológica que contempla:

A Coordenadoria do Curso: exercida por docente do quadro efetivo da UEMS, a partir de eleição por seus pares e entre outras atribuições previstas nas normativas internas, deverá:

- coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- participar de atividades de formação continuada;
- participar de grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos e instrumentos de avaliação da aprendizagem para a modalidade a distância;
- realizar o planejamento e o desenvolvimento de atividades de formação continuada dos profissionais envolvidos no curso;
- elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, a proposta de avaliação da aprendizagem;
- participar de Fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- acompanhar os registros acadêmicos de estudantes regularmente matriculados no curso;
- acompanhar e supervisionar as atividades de professores-tutores, de professores, e de Coordenadores de Polo.

Professores: responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento de disciplinas, serão professores com comprovada experiência na área de conhecimento da disciplina e formação didático-pedagógica para atuação na modalidade a distância. Entre outras atribuições previstas nas normativas internas, são atribuições dos professores:

- desenvolver as atividades docentes da disciplina mediante o uso de recursos e metodologia previstos no projeto pedagógico do curso;
- planejar e coordenar as atividades acadêmicas dos professores-tutores atuantes na disciplina sob sua coordenação;
- participar de atividades de formação continuada;
- elaborar os instrumentos de avaliação da aprendizagem, em colaboração com a Coordenação do Curso, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- apresentar à Coordenação do Curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- participar de grupo de trabalho para a elaboração de materiais didáticos e instrumentos de avaliação da aprendizagem para a modalidade a distância;
- participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso.

Equipe Técnica-Tecnológica: responsáveis por viabilizar as ações planejadas pela equipe

pedagógica com a produção de material didático e audiovisual que será disponibilizado nos ambientes virtuais das disciplinas.

4.5.2 Sistema de Tutoria

A tutoria é um dos componentes fundamentais do processo formativo na modalidade a distância e tem a função de realizar a mediação entre estudantes, professores, tecnologias digitais e os materiais didáticos do curso.

A tutoria possibilita a ressignificação das ações de ensino, do processo de formação, pois possibilita o rompimento da noção de tempo e espaço; e da lógica de comunicação, produção e compartilhamento de informações da modalidade presencial. O processo dialógico que se estabelece entre estudantes e tutoria deve ser único e é fundamental para a existência e manutenção de ações de aprendizagem. Assim, a tutoria deve estar permanentemente em contato com os estudantes, mediante a continuidade de um processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

A partir do Plano de Tutoria, planejado e elaborado pelos professores, os profissionais que atuarão na tutoria terão acesso aos conteúdos/temas das disciplinas, ao material didático a ser utilizado (obrigatório e complementar), a proposta metodológica, ao processo de acompanhamento das atividades on-line e presenciais, e aos instrumentos de avaliação de aprendizagem dos estudantes.

No desenvolvimento do curso, a tutoria é responsável pelo acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos estudantes sob sua orientação: que dificuldades (de aprendizagem e/ou técnicas) apresenta; se coloca-se em atitude de questionamento construtivo; se reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade; se reconstrói conhecimentos; se é capaz de relacionar teoria e prática; se consulta bibliografia obrigatória e complementar; se realiza as atividades propostas; como desenvolve seus hábitos de estudo; quando busca orientação; se relaciona-se com outros alunos; se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais e a movimentos sociais locais, entre outros aspectos que podem favorecer a sua formação profissional.

Dessa forma, a tutoria deve, neste processo de acompanhamento, estimular e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências de organização do tempo, do espaço e das atividades on-line e presenciais propostas.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que a tutoria seja desempenhada por profissionais que tenham formação específica em relação aos aspectos didáticos-pedagógicos-técnicos-tecnológicos da modalidade a distância e da proposta do curso.

No curso, a tutoria será exercida por profissionais identificados a partir de suas atribuições específicas, sendo: Professor-Tutor a Distância e Professor-Tutor Presencial.

Professor-Tutor a Distância: profissional que acompanha e auxilia os estudantes direta e exclusivamente nos espaços virtuais do curso e sua atuação baseia-se na interação constante e sistemática com o objetivo de garantir o acesso, produção e compartilhamento de informações, bem como de promover ações de interação entre os estudantes, material didático, tecnologias digitais, entre outras. Nesse sentido, são atribuições do Professor-Tutor a Distância:

- mediar a interação entre professores e estudantes; estudantes e materiais didáticos, estudantes e tecnologias digitais;
- acompanhar o desenvolvimento das atividades on-line, conforme o cronograma da disciplina;
- colaborar com o professor da disciplina no desenvolvimento das ações de ensino e na correção dos instrumentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes;
- observar a regularidade de acesso aos espaços virtuais do curso pelos estudantes e dar retorno às solicitações dos estudantes em um prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os estudantes;
- colaborar com a Coordenação do Curso na avaliação do curso e demais procedimentos administrativos que envolvem os estudantes;
- participar de atividades de formação continuada.

Professor-Tutor Presencial: profissional que acompanha e auxilia os estudantes no Polo de Atendimento Presencial e sua atuação baseia-se na orientação presencial dos estudantes em relação ao acesso e utilização dos recursos digitais previstos e necessários para o desenvolvimento das atividades on-line. Nesse sentido, são atribuições do Professor-Tutor Presencial:

- auxiliar presencialmente os alunos na solução de dúvidas quanto ao acesso e utilização dos espaços virtuais e demais recursos digitais;
- mediar presencialmente a interação entre professores e estudantes; estudantes e materiais didáticos, estudantes e tecnologias digitais;
- acompanhar presencialmente o desenvolvimento das atividades on-line e presenciais, conforme o cronograma da disciplina;
- colaborar com o professor da disciplina no desenvolvimento presencial das ações de ensino e na aplicação dos instrumentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes;
- observar a regularidade de acesso aos espaços virtuais do curso e realizar contato com os estudantes, conforme orientações previstas no Plano de Busca Ativa do curso;
- estabelecer contato permanente com os estudantes;
- colaborar com a Coordenadoria do Curso na avaliação do curso e demais procedimentos administrativos que envolvem os estudantes;
- participar de atividades de formação continuada.

4.5.3 Encontros e Atividades Presenciais

Poderão ser realizados encontros e atividades presenciais que servirão para a interação dos participantes e principalmente para trocar experiências, socializar e aprofundar saberes, avaliar os processos de ensino-aprendizagem, avaliar o desempenho do aluno, apresentar pesquisas e trabalhos acadêmicos, participar de visitas técnicas e palestras, que serão previstos em um cronograma semestral elaborado e aprovado pelo Colegiado do Curso.

Fazem parte também do conjunto de atividades presenciais, os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios e as práticas como componentes curriculares realizadas em instituições de Educação Infantil e Fundamental, bibliotecas, museus, brinquedotecas, laboratórios e outros ambientes educacionais conveniados com a UEMS. Essas ações serão planejadas por professores, alunos, tutores e profissionais responsáveis pelas instituições concedentes, e realizadas no período de funcionamento das instituições sob a supervisão de um professor do curso.

4.5.4 Polo de Atendimento Presencial

Em cada Município de funcionamento do curso, haverá um Polo de Atendimento Presencial com os recursos técnicos e digitais básicos para o desenvolvimento e acompanhamento das atividades do curso. Para o funcionamento do curso, o Polo de Atendimento Presencial terá como estrutura Sala de Estudo (de acordo com o número de alunos em cada polo), Sala de informática e outros espaços de convivência que poderão ser utilizados pelos alunos, professores e tutores.

4.5.5 Infraestrutura e Processos de Gestão Acadêmico-Administrativa

A EaD, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos dos processos de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores formadores e tutores.

Por isso, impõe uma organização de um sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica. Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os indivíduos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processos de orientação e avaliação próprios;
- monitoramento do percurso do estudante;
- criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Dessa forma, torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a comunicação entre os polos, professores, tutores e alunos. Para tanto, é imprescindível

a organização de estrutura física, tecnológica e acadêmica observando-se:

- manutenção de equipe administrativo-pedagógica para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso, além dos registros e documentação acadêmica;
- manutenção de equipe multidisciplinar que garanta as condições técnicas para a execução do curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na UEMS e nos polos com suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes polos e a UEMS.

Em relação ao sistema comunicacional, destacamos o uso de diferentes plataformas e meio de comunicação, destacando-se:

- Espaços Virtuais na plataforma Moodle, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada aluno, entre outros;
- Videoaula;
- Telefone;
- E-mail;
- Webconferência.

Todo o controle acadêmico do Curso, incluindo conferência de documentação, matrícula, controle acadêmico, entre outros, será realizado pela Diretoria de Registro Acadêmico, por meio de sistema próprio para esse fim e de acordo com as normas internas vigentes.

Além disso, o curso contará com pessoal de apoio técnico e administrativo que ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, sendo Secretaria de Curso e Setor de Gestão de Tecnologia de Informação.

4.5.6 Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da aprendizagem é tomada como processo contínuo, sendo realizado de duas formas: em atividades presenciais e em atividades a distância. Em razão de determinações legais, há preponderância da avaliação presencial sobre a avaliação a distância no cômputo total da avaliação. A realização das avaliações presenciais ocorrerão nos Polos de Atendimento Presencial e o envio destas será de competência da Coordenadoria de Curso, junto a Tutoria Presencial, que lançará mão de mecanismos específicos para garantir a seguridade e o sigilo das mesmas de acordo com a especificidade de cada polo.

Em consonância com os princípios estabelecidos para o desenvolvimento do ensino na

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a avaliação do processo ensino-aprendizagem dar-se-á em dinâmica processual, abrangendo aspectos qualitativos e quantitativos. A avaliação como processo é contínua (VASCONCELLOS, 1994), pois resulta do acompanhamento efetivo do professor durante o período no qual determinado conhecimento está sendo construído pelo estudante. Avaliação, ensino e aprendizagem vinculam-se, portanto, ao cotidiano do trabalho pedagógico e não apenas aos momentos especiais de aplicação de instrumentos específicos.

A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem será realizada de forma contínua e sistemática, priorizando atividades formativas, considerando os objetivos de diagnosticar e registrar o progresso do estudante e suas dificuldades; bem como, orientar o estudante quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades.

A verificação do aproveitamento nos estudos e do alcance dos objetivos previstos nos planos de ensino, em cada componente curricular, será realizada por meio da aplicação de diferentes instrumentos de avaliação, resultando no registro das avaliações levando-se em consideração as normas vigentes na instituição e as normas da EaD.

O registro do desempenho dos estudantes, em cada componente curricular, será efetivado pela atribuição de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), em escala decimal. Para ser aprovado em cada componente curricular o estudante deverá alcançar nota igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, resultantes de pelo menos duas propostas de avaliação da aprendizagem realizadas.

O(A) aluno(a) que não alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis) poderá submeter-se a reavaliação, fazendo a prova optativa, baseada nos conteúdos essenciais da disciplina, que substituirá a menor nota entre as propostas de avaliação da aprendizagem realizadas durante a disciplina.

Poderá submeter-se ao Exame Final o(a) aluno(a) que tiver alcançado, nas avaliações, média igual ou maior a 3,0 (três) e inferior a 6,0 (seis), e que não tenha sido reprovado(a) pelo não cumprimento da carga horária, conforme normas vigentes na Instituição.

4.5.7 Avaliação do Curso

a) Autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de auto avaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), bem como por instrumentos próprios que contemplam as especificidades da Universidade, essa comissão acompanha a qualidade das atividades desenvolvidas, o desempenho dos estudantes, bem como, o projeto pedagógico vigente e os profissionais que atuam no curso. O curso deverá contar com uma Comissão de autoavaliação (CA) que desenvolve esse processo com toda a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico-administrativos), que vai desde a elaboração e aplicação de questionários, passando pela

interpretação e análise dos dados coletados, culminando com o desenvolvimento do Relatório.

b) Avaliação do PPCG: contemplando os processos avaliativos, a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação se faz presente e necessária ao estabelecer um diálogo direto com os demais processos avaliativos que se observam na estrutura do curso, quais sejam, as avaliações externas e internas, essa última por meio de processo de autoavaliação (realizada por Comissão de Autoavaliação do curso, de responsabilidade do Comitê Docente Estruturante (CDE), bem como, pelas orientações e determinações vigentes nas normas da UEMS, por meio de instrumento próprio que contemple questões objetivas sobre a atuação docente, discente, coordenadoria de curso e secretaria acadêmica). O Comitê Docente Estruturante (CDE) tem a responsabilidade pela avaliação do projeto pedagógico e do curso e, também, por todos os trâmites para a realização da sua avaliação. A formalização da avaliação segue as diretrizes para elaboração do Relatório de Autoavaliação de Curso dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), conforme a RESOLUÇÃO CEPE-UEMS N°336 de 5 de outubro de 2021, que estabelece Diretrizes para a Autoavaliação dos Cursos de Graduação. Isto posto, verificar-se-á que, conforme as mudanças e demandas que surgem na caracterização da própria sociedade envolvente, que impactam no perfil identitário da comunidade acadêmica e, por que não dizer, na comunidade docente e administrativa do curso em questão; os sujeitos envolvidos neste processo, dada a permanente escuta sensível que se registra pelas avaliações internas e externas, perceberão o momento em que o Projeto Pedagógico do Curso não mais se aplica às necessidades atuais e, por isso mesmo, deverá passar por nova reestruturação, como esta, que ora está em curso.

c) Avaliação do curso: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais. Para essa etapa, o curso disponibiliza os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades anuais.

4.5.8 Integração Teoria e Prática

A relação entre teoria e a prática se dará durante todo o curso, nas ações empreendidas em cada disciplina, por intermédio de atividades proporcionada pelos professores, que apresentarão conhecimentos teóricos e casos práticos, bem como exemplos de fatos e situações onde elementos teóricos podem ser analisados e percebidos no contexto da realidade do fato. Sempre que possível, questões relacionadas à administração pública serão problematizadas, buscando, com isso, incentivar à reflexão frente a relação existente entre o prático e o teórico. Outra forma de relação será dada através de atividades complementares, como os estágios não-obrigatórios e demais atividades que envolvam pesquisa, ensino e extensão. Nas disciplinas de Projetos Integradores (I,II, III), os alunos conseguirão refletir sobre os vínculos teóricos com a vivência prática em atividades que relacionam conteúdos modulares com ações de extensão universitária em vivência prática.

5. RELAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

O Curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, busca contemplar a integração de professores pesquisadores que, tradicionalmente, se envolvem com atividades de pesquisa, ensino e extensão relacionados com elementos que envolvem a administração pública no estado de Mato Grosso do Sul com alunos que se interessam pelos mesmos temas ou participam da gestão por serem servidores públicos. Os alunos poderão participar dos programas de iniciação científica, de extensão e ensino disponíveis na UEMS. Além disso, a implantação do curso permitirá a proposição de projetos integradores para estruturação de trabalhos de conclusão de curso que contemplem problemas reais vivenciados na sociedade e/ou pelos alunos em seus postos de trabalho, beneficiando a comunidade ao aumentar a eficiência da administração pública via ações de planejamento de extensão e pesquisa.

5.1 Atividades Acadêmicas de Extensão e Cultura

De acordo com a Deliberação CE-CEPE/UEMS n. 309, de 30/04/2020, homologada com alterações pela Resolução CEPE-UEMS N 2.204, de 04 de dezembro de 2020, aprova o regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). As atividades acadêmicas de extensão e cultura devem envolver o processo educativo e promover a interação da Universidade com a sociedade em seus diversos segmentos. No seu Artigo terceiro fica estipulada a obrigatoriedade de, no mínimo, 10% da carga horária total curricular estudantil ser destinada às ações extensionistas ou culturais. No curso Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estão destinadas 204 horas aula (170 horas-relógio) para as ações de Extensão e Cultura, dispostas nas disciplinas de Projeto Integrador (I, II e III) , com 68h/a cada, acompanhadas por docente responsável via processo de lotação, avaliadas conforme planejamento de ensino docente, que conste, no mínimo um relatório parcial e um final - que buscam integrar conhecimentos desenvolvidos em período anterior com ações voltadas à sociedade.

5.2 Inclusão, Diversidade e Formação Acadêmica

A educação enquanto um dos direitos humanos, sociais e fundamentais garantido em documentos e ações normativas internacionais e nacionais se configura como um direito de todos inscrito na Constituição Federal brasileira (GOMES, 2008).

Entretanto, a “garantia” de direitos no “texto da Lei” nem sempre se materializa em ações concretas das políticas públicas (PALUMBO, 1998), sendo que na Educação, em virtude de

uma série de fatores histórico-sociais, nem todos conseguem ter acesso, gerando assim a exclusão na/da escola (FERRARO, 2004).

No enfrentamento da exclusão educacional, a sociedade civil organizada e o Estado brasileiro concentraram esforços em um processo de democratização da escola pública e na garantia do direito educacional a todos (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005). Nesse processo, temas como acessibilidade e educação inclusiva são recorrentes e alvo de atenção especial por parte do Estado, sendo que “[...] a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]” é um dos princípios do ensino brasileiro garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a UEMS, em acordo a legislação vigente, compreende a acessibilidade como uma série de recursos materiais, pedagógicos e arquitetônico, bem como adaptações, equipamentos assistivos e atitudes que visam garantir o acesso aos bens culturais e patrimoniais para acadêmicos e funcionários desta Instituição, conforme expresso na Lei Federal n. 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Nesse sentido, todos os Polos de EaD têm acessibilidade assegurada por meio de rampas de acesso, banheiros, bebedouros e mobiliários adaptados. Além disso, contam com a disponibilização de plataformas digitais com dispositivos de acessibilidade audiovisual e o planejamento de tecnologias assistivas, sempre que necessário.

Além disso, a UEMS disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado (AEE - o Decreto n. 7.611/ 2011; BRASIL, 2011) de forma suplementar e ou complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação.

Na UEMS, o desenvolvimento e acompanhamento do AEE, além dos princípios legais vigentes, é orientado por normativas internas aprovadas por seus Conselhos Superiores. Assim, quando necessário, o acadêmico com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, regularmente matriculados na UEMS, conta com um Plano Educacional Individualizado (PEI), elaborado a partir de estudos de caso realizados pela DID/PROE em conjunto com a coordenação de Curso, a coordenação pedagógica EaD/UEMS, o corpo docente e a família.

Para fins de identificação das necessidades educacionais de acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, deve ser apresentado à coordenadoria de curso e, posteriormente, encaminhados à DID/PROE, laudo médico e psicopedagógico, em que conste a deficiência e as necessidades básicas do acadêmico, na forma da Lei.

Aos acadêmicos com altas habilidades ou superdotação, nos termos da legislação vigente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, a conclusão da graduação em menor tempo, mediante avaliação multidimensional e o rendimento acadêmico nas disciplinas do Curso. A avaliação multidimensional será realizada por uma comissão definida pelo colegiado do Curso e

contará com a participação do coordenador do Curso, do professor especializado e de 3 (três) professores que ministram aulas no curso, sob a supervisão da DID/PROE.

Aos acadêmicos com graves deficiências, intelectual ou múltipla, terão a possibilidade de conclusão do curso em maior tempo, por meio de flexibilização do período de integralização curricular e, sempre que possível, e sem prejuízo para o acadêmico. Essa flexibilização será planejada em comum acordo com a família, a Coordenação de Curso, a Coordenação pedagógica/DED, a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), a Assessoria Jurídica e a PROE.

Enquanto que aos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação impossibilitados de frequentar as aulas presenciais, em razão de problemas de saúde, que impliquem internação hospitalar ou permanência prolongada em domicílio, será garantido o AEE em ambiente hospitalar ou em ambiente domiciliar, realizado por professor especializado em Educação Especial.

Os Casos omissos serão definidos pela DID/PROE, em conjunto com a coordenação de curso, coordenação pedagógica (EaD/UEMS) e professores do curso.

A UEMS é conhecida e reconhecida como uma instituição que prima por abraçar, desde sua fundação, a população marginalizada, geográfica, econômica e socialmente. O princípio da inclusão norteia os passos por ela tomados partindo da escolha da Sede Administrativa em uma cidade do interior do Estado, a fim de atingir a formação de profissionais capazes de perceber e agir sobre suas realidades, alterando positivamente as configurações de seus entornos.

A Instituição tem o compromisso de proporcionar um processo educacional, justo e democrático, para a produção do conhecimento e para a efetivação de políticas de inclusão, com vistas a contemplar a gama de diversidades do país. Além do sistema de cotas para ingresso de negros e indígenas, visando garantir o acesso de grupos considerados vulneráveis do ponto de vista étnico, racial, social e cultural, a Universidade, a partir da Deliberação CE/CEPE nº 312, de 30 de abril de 2020, possibilita, também, a normatização das questões referentes à educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Partindo-se do conjunto dessas legislações e da necessidade de apresentar os conceitos norteadores para as práticas didático-metodológicas adotadas em todos os cursos de graduação da UEMS (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos), na modalidade presencial ou a Distância, é preciso trazer, neste projeto pedagógico, como a instituição compreende a Educação Especial e a quem ela se destina. Desse modo, o Art. 2º da Deliberação CE/CEPE nº 312 afirma que

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. É um processo educacional definido pelas instituições, em suas propostas pedagógicas e ou projetos de curso e em seus regimentos, de modo que assegure recursos e serviços educacionais com vistas a apoiar a educação do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo acesso, permanência, progressão escolar e terminalidade, devendo ser ofertada, inclusive, na Educação Superior.

De acordo com esse texto, o processo compreendido como Educação Especial compreende a garantia do acesso, da permanência, da progressão escolar e da terminalidade adequada ao aluno PCD (Pessoa Com Deficiência), com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, entre outras garantias previstas na norma.

O Colegiado de Curso, o Comitê Docente Estruturante, a Coordenadoria Pedagógica e os docentes do curso atuarão na identificação e na previsão do atendimento educacional especializado ao público da Educação Especial, considerando a interação com barreiras diversas que podem impedir e ou restringir a sua participação plena e efetiva na instituição de ensino e na sociedade.

Nesse sentido, em conformidade com a DELIBERAÇÃO CE/CEPE-UEMS Nº 312, de 30 de abril de 2020, que “Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul”, o Curso atuará junto à Divisão de Inclusão e Diversidade – DID/PROE para o viabilizar, por meio da oferta de serviços, apoios e condições de acessibilidade que promovam a inclusão, primando por organização curricular flexível, recursos humanos, recursos didáticos e estrutura física, de acordo com as necessidades educacionais dos acadêmicos (art. 5º, II).

Além das garantias elencadas, a Deliberação CE/CEPE nº 312, reforça a visão da UEMS de “Ser Instituição pública, gratuita e de qualidade, pautada na inclusão social e nos princípios éticos e morais, que atenda às demandas da sociedade e contribua para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul e do país”, quando preconiza, em seu Art. 13, que

A interface da Educação Especial na educação escolar indígena, do campo, quilombola, dentre outros grupos específicos, deve assegurar que os recursos e serviços de apoio pedagógico especializado constem nos projetos pedagógicos de cursos.

Parágrafo único. As diferenças socioculturais e as especificidades dos grupos mencionados no caput devem ser consideradas quando da definição do AEE.

Uma vez que abarca e amplia o sistema de cotas trazendo-o, também, para o conjunto de ações que constituem o AEE em uma dimensão social e cultural, para além da complementação e/ou suplementação dos conhecimentos ofertados aos graduandos da UEMS, independentemente de gênero, idade, sexualidade e singularidades dos “demais grupos específicos” que constituem a comunidade universitária.

É nesse sentido que a oferta de disciplinas que primam pela inclusão e pela não discriminação como a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, denotam, além das questões legais, uma postura institucional de reconhecimento da LIBRAS como língua oficial no Brasil e como meio de ampliação e garantia da cidadania a seus usuários no âmbito acadêmico e social, uma vez que a instituição confere ao graduando, por meio dessa postura inclusiva, uma estrutura que o impulsiona para a autonomia física e para o pertencimento.

Portanto, o sucesso do processo de inclusão é maior que a menção da legislação. Relaciona-se à estrutura organizacional da instituição, aos mecanismos e dispositivos ofertados para que alunos com deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e os demais discentes sejam capazes de, pela discussão das realidades de conteúdos transversais como “Relações humanas”, “Gênero e Sexualidade”, “Relações étnico-raciais”, “Educação para a diversidade étnico-racial e cultural”, acessem temáticas e conteúdos essenciais para a garantia de um ensino de qualidade para todos os alunos que necessitem de algum tipo de apoio, bem como a inserção de cidadãos que apresentem empatia junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

6. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos superiores em tecnologia, contidas na Resolução CNE/CP nº1/2021 e Resolução CNE/CP Nº 29/2002, não há obrigatoriedade do Estágio Curricular Supervisionado. No entanto, pode ser realizado Estágio Curricular Não-Obrigatório, que existe para o aluno poder cumpri-lo em qualquer momento de sua formação para com ela contribuir. Esta modalidade de estágio auxilia na vivência prática e pode ser realizado em organizações públicas e demais empresas ou organizações onde o aluno tenha, no mínimo, o acompanhamento de um supervisor formado na área de Administração Pública ou afim.

7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O TCC consiste em uma atividade relacionada às ações desenvolvidas nas disciplinas integradoras vinculadas com atividades de extensão e cultura (Projeto Integrador I,II e III). Portanto, o TCC culmina em um relatório técnico ampliado, contendo, além de uma descrição das ações de extensão, um levantamento teórico dos temas relevantes e considerações finais sobre as atividades a partir de uma interpretação analítica dos resultados alcançados. O TCC possui carga horária de 30 horas relógio.

A elaboração, as normas e a formatação do TCC serão desenvolvidas conforme regulamento próprio definido pelo Colegiado do Curso, sendo requisito obrigatório para a integralização curricular a apresentação de TCC em formato de relatório técnico no último ano do curso, sendo avaliado por uma banca examinadora em forma de parecer.

8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares compreendem 70 horas e sua oferta será de livre escolha de

cada aluno, mediante regulamento próprio.

Quadro 1 – Atividades Complementares

| Atividades | Carga Horária Máxima |
|--|-----------------------------|
| Grupo I – Atividades de Ensino | |
| Projetos de ensino | 40 |
| Ciclos de Palestras | 40 |
| Jornadas/Semanas Acadêmicas | 40 |
| Encontros Científicos | 40 |
| Disciplinas realizadas em outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso | 40 |
| Cursos (presenciais ou online) | 40 |
| Módulos Temáticos | 40 |
| Monitorias | 40 |
| Visitas Técnicas | 40 |
| Grupo II – Participação em Atividades de Extensão e Cultura | |
| Projetos de extensão | 40 |
| Mostra Cultural | 40 |
| Viagens de Estudo | 40 |
| Oficinas de Extensão | 40 |
| Grupo III – Atividades de Pesquisa | |
| Núcleos de Estudos e de Pesquisas vinculados às áreas estratégicas do curso de Administração Pública | 30 |
| Publicação em Encontros e/ou revistas Científicas | 30 |
| Projetos de Iniciação Científica | 30 |
| Seminários | 30 |
| Grupos de Pesquisa | 30 |
| Oficinas de Pesquisa | 30 |
| Grupo IV – Atividades de Representação Estudantil | |
| Participação em diretório acadêmico (DCE) | 20 |

| | |
|---|----|
| Participação em comissões/ comitês da UEMS | 20 |
| Participação em Centro Acadêmico (CA) | 20 |
| Participação em Grêmio Estudantil | 20 |
| Grupo V – Outras Atividades Práticas | |
| Atividades Voluntárias Desenvolvidas junto a Organizações Privadas, Públicas e Não Governamentais | 30 |

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular tem como foco as diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de tecnologia (CNCST), publicado por meio da Portaria MEC Nº 413, de 11 de maio de 2016.

9.1 Disciplina optativa

A disciplina de Língua Brasileira de Sinais, por não ser uma disciplina obrigatória, não será contada para integralização curricular, porém, será ofertada em caráter optativo conforme demanda dos acadêmicos.

Quadro 2. Disciplina Optativa

| Disciplina | Carga Horária (hora-aula) |
|--------------------------------------|------------------------------|
| Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS | 34 |
| Total | 34 |

9.2 Matriz curricular

As disciplinas serão ofertadas de forma modular, onde os módulos são compostos de duas disciplinas de 60 horas/aula e/ou 40 horas/aula, conforme estrutura demonstrada no Quadro 2. As disciplinas caracterizadas como “Projetos Integradores” são atividades integradoras de extensão Universitária e o relato dessas atividades será em formato de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com foco na integração das atividades desenvolvidas em ações que envolvam a comunidade.

Quadro 3. Matriz Curricular – Módulos Disciplinares

| Disciplinas | Carga Horária |
|-------------|---------------|
|-------------|---------------|

| | Tot al | Teó rica | Prá tica | Ext ens ão |
|---|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|
| 1ª Série - 1º Semestre | | | | |
| Comunicação, expressão e métodos | 68 | 48 | 20 | |
| Sociologia das Organizações | 68 | 48 | 20 | |
| Políticas Públicas | 68 | 48 | 20 | |
| Introdução à Economia | 68 | 48 | 20 | |
| Economia Brasileira e de Mato Grosso do Sul | 68 | 48 | 20 | |
| Ciência Política | 68 | 48 | 20 | |
| Fundamentos de Administração Pública | 68 | 48 | 20 | |
| Psicologia Organizacional | 34 | 24 | 10 | |
| 1ª Série - 2º Semestre | | | | |
| Gestão de Pessoas | 68 | 48 | 20 | |
| Empreendedorismo | 34 | 24 | 10 | |
| Contabilidade Pública | 68 | 48 | 20 | |
| Finanças Públicas | 68 | 48 | 20 | |
| Gestão de Processos | 68 | 48 | 20 | |
| Projeto Integrador I | - | | | 68 |
| 2ª Série - 1º Semestre | | | | |
| Contratos, Convênios e Licitações | 68 | 48 | 20 | |
| Mercadologia no Setor Público | 68 | 48 | 20 | |
| Planejamento e Orçamento Público | 68 | 48 | 20 | |
| Planejamento Urbano e Regional | 68 | 48 | 20 | |
| Estratégias e Políticas de Desenvolvimento de Territórios | 68 | 48 | 20 | |
| Projeto Integrador II | - | | | 68 |
| 2ª Série - 2º Semestre | | | | |
| Gestão Logística e Patrimonial | 68 | 48 | 20 | |
| Gestão Pública Participativa | 68 | 48 | 20 | |
| Direito Público | 68 | 48 | 20 | |
| Governança e conformidade no setor Público | 68 | 48 | 20 | |
| Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEG) | 34 | 24 | 10 | |
| Gestão Estratégica de Projetos | 68 | 48 | 20 | |
| Gestão da Informação | 68 | 48 | 20 | |

| | | | | |
|------------------------|------|--|--|-----|
| Projeto Integrador III | - | | | 68 |
| TOTAL | 1598 | | | 204 |

Quadro 4. Resumo da Organização Curricular

| Componentes Curriculares | Carga horária | |
|-------------------------------------|---------------|--------------|
| | Hora-aula | Hora-relógio |
| Disciplinas | 1598 | 1332 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | - | 30 |
| Atividades Curriculares de Extensão | 204 | 170 |
| Atividades Complementares | - | 70 |
| Optativa Libras | 34 | 28 |
| Total sem Libras | 1802 | 1602 |
| Total com Libras | 1836 | 1630 |

10. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO

Este Projeto Pedagógico será implantado a partir do segundo semestre do ano letivo de 2022, em calendário especial. O ingresso no curso será realizado através de oferta única seguindo etapas do Processo Seletivo Institucional da UEMS e critérios estabelecidos em edital específico. Para dar suporte ao curso, prevê-se o aproveitamento de docentes efetivos e disponíveis das áreas de Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Letras e Geografia para ministrar a maior parte das disciplinas. A coordenação do curso será realizada prioritariamente por docente lotado na Unidade Universitária de Campo Grande e com formação em Administração e/ou Ciências Econômicas.

11. DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA, OBJETIVOS, EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

Disciplina: Comunicação, expressão e métodos

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Entender a construção de argumentos sólidos para uma melhor comunicação considerando elementos metodológicos para fundamentação dos elementos comunicativos.

Ementa

Elementos de comunicação. Argumentação. Afirmação, evidências e fundamentos. Qualidade de texto dissertativo. Tipos de conhecimentos científicos. Noções básicas de metodologia para confecção de textos e argumentos claros e confiáveis. Estruturação técnica de trabalhos científicos. Elaboração de relatórios. Normas e regras da ABNT.

Bibliografia Básica

CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46. ed. São Paulo: Ibpex Nacional, 2005.

MOYSÉS, C. A. Língua portuguesa: atividades de leitura e produção de textos. São Paulo: Saraiva, 2005.

LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1992.

Bibliografia Complementar

FAULSTICH, E. L. J. Como ler, entender e redigir um texto. 17. ed. Porto Alegre: Editora Vozes, 2004.

KOCH, I. G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2001.

MEDEIROS, J. B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 1997.

Disciplina: Sociologia das Organizações

Carga horária: 68h/a

Objetivo: Compreender a formação das sociedades e seus aspectos culturais e suas relações com o ambiente organizacional como núcleos sociais

Ementa

Conceito e objeto da sociologia. Compreensão da sociologia. Cultura e interpretação do mundo. Elementos para análise da sociedade. Questões étnicas e culturais e étnico-raciais. Cultura de trabalho e organizacional. Interação e grupos sociais nas organizações. Mudanças nas organizações. Formação do estado e organização social.

Bibliografia Básica

CASTRO, C. A. Sociologia aplicada à administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BAIGORRI, A. Introducción a la sociología de la empresa. Baldajoz, ShareBooks, 2004

MARÍN, A.L.; RUIZ, P. e ARISTIZABAL, S. L. Sociología de las organizaciones: influencia de las tecnologías de la información y la comunicación. Madrid: Editorial Fragua, 2013.

Bibliografia Complementar

BERNARDES, C. Sociologia aplicada à Administração: o comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 1995.

SHAFF, A. Sociedade Informática. Editora Brasiliense, 1996.

Disciplina: Políticas Públicas

Carga horária: 68h/a

Objetivo: Compreender políticas públicas, sua elaboração e avaliação

Ementa

Conceito de políticas públicas. Abordagens teóricas do estudo das políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Fases de elaboração das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. Tendências e questões atuais sobre políticas públicas.

Bibliografia Básica

FARIA, C. A. P. de (org.). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage, 2013.

Bibliografia Complementar

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública, v. 37, n. 5, set.-out. 2003.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

Disciplina: Introdução à Economia

Carga horária: 68h/a

Objetivo: Compreender o ambiente econômico e suas relações com a sociedade e a gestão pública

Ementa

Princípios de Macroeconomia e Microeconomia. Balanço de Pagamentos. Políticas econômicas e análise de política econômica no modelo de oferta e demanda agregada. Princípios da economia do setor público.

Bibliografia Básica

MARIANO, J. **Manual de Introdução à Economia:** Adaptado à realidade socioeconômica brasileira. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

VASCONCELLOS, M.A. (orgs) **Manual de Economia:** equipe de professores da USP. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

WHEELAN, C. **Economia:** O que é, para que serve, como funciona. São Paulo: Zahar, 2018

Bibliografia Complementar

MANKIWI, N, G. **Introdução à economia:** princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro:

Campus, 2001.

RODRIGUES, D.G. **Introdução à economia monetária, ativos financeiros e sistema financeiro nacional**. Independently Published, 2019.

VASCONCELLOS, M. A. S.; OLIVEIRA, R. G. **Manual de microeconomia**. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com 260 principais conceitos econômicos**. São Paulo, Atlas, 2002.

Disciplina: Economia Brasileira e de Mato Grosso do Sul

Carga horária: 68 h/a

objetivo: Compreender a formação econômica do Brasil e do Mato Grosso do Sul e suas relações com o os processos de desenvolvimento

Ementa

Formação econômica do Brasil. Brasil rural ao industrial. O plano de metas e os anos 1960. Milagre Econômico e a década perdida. Inflação e estabilidade. Perspectiva histórica da formação econômica do território mato-grossense. Os ciclos econômicos. Mato Grosso do Sul e a divisão internacional e nacional do trabalho. O planejamento e o processo de industrialização no MS.

Bibliografia Básica

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul: Regionalismo e divisionismo no Mato Grosso do Sul**.

Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Pulo: Companhia das Letras, 2007

LE BOURLEGAT, C. A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço temporais**. Presidente Prudente: 2000. No prelo.

MARIANO, J. **Introdução à economia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e Reprodução do Espaço**. Campo Grande, Brasília:

UFMS, Ministério da Integração Nacional, 2003.

Bibliografia Complementar

PAVÃO, E. S. **Formação, Estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia Brasileira**. Florianópolis, UFSC: Centro socioeconômico, 2005.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma Ferrovia Entre dois Mundos**. Ed. EDUSC, 2004.

Disciplina: Ciência Política

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Entender as relações sociais e políticas incluindo estruturas de poder e cidadania.

Ementa

Ciência Política. Autoridade e democracia. Conceitos essenciais da política. Política e poder. Homem, Sociedade e Estado. Ideologia e Produção Social. Evolução das Instituições. Cidadania. Concepções de Estado, Sistemas de governo e eleitorais.

Bibliografia Básica

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2017

SANTOS, E. R. **Ciência Política**: lições sobre o jogo do poder. Rio Grande do Sul: Edição Independente, 2021

STRECK, L. e MORAIS, J. L. **Ciência Política e Teoria do Estado**. Rio de Janeiro: Livraria do Advogado, 2014.

Bibliografia Complementar

DE CICCIO, C. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 9.ed. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2022.

Disciplina: Fundamentos de Administração Pública

Carga horária: 68h/a

Objetivo: Conceber a Administração Pública a partir de sua evolução teórica e histórico-social.

Ementa

Principais abordagens teóricas da Administração Pública. Formação histórica e modelos da Administração Pública. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Evolução histórica da Administração Pública no país. Planejamento na administração Pública. Tendências contemporâneas no Brasil e no mundo. A “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada.

Bibliografia Básica

DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, C.; ASENSIO, M. (org.). **Handbook de Administração Pública**. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. G; PIERRE, J. (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

Bibliografia Complementar

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). **Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI**. In: **REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD**, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. Documento aprovado. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>.

PALUDO, A. V. **Administração Pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, M. A nova administração Pública: Profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

Disciplina: Psicologia Organizacional

Carga horária: 34 h/a

Objetivo: Estimular a habilidade de inter-relação pessoal nos ambientes de trabalho. Desenvolver a percepção cognitiva do comportamento individual e em equipe.

Ementa

O Homem. A psicologia como ciência. O comportamentalismo (Behaviorismo). Personalidade, percepção e cognição. As mudanças no ambiente de trabalho e na organização do trabalho. As influências do ambiente e da organização do trabalho no comportamento humano. Aprendizagem. Satisfação no Trabalho. Motivação como sentido ao trabalho. Liderança e conflito. Envolvimento do indivíduo com o trabalho e com a organização. Adaptação às mudanças.

Bibliografia Básica

FIGLIOLI, J. O. **Psicologia para administradores:** integrando teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MORIN, E. e AUBÉ, C. **Psicologia e Gestão.** São Paulo: Atlas, 2009.

ZARAFIAN, P. **Objetivo competência:** por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

BERGAMINI, C. W. **Psicologia aplicada à administração de empresas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HARARI, Y. N. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. 38 ed. Porto Alegre, L&PM, 2018.

MINICUCCI, A. **Relações humanas:** psicologia das relações interpessoais 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Psicologia aplicada à administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Disciplina: Gestão de Pessoas

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Conscientizar da necessidade de repensar os processos de gestão de pessoas no setor público de uma forma mais estratégica.

Ementa

Introdução à Gestão de Pessoas. Gestão de Pessoas no setor público. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas.

Bibliografia Básica

BOHLANDER, G.; SNELL, S. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Cengage, 2015.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Futura, 2000.

PANTOJA, M. J.; CAMÕES, M. R. de S.; BERGUE, S. T. (org.). **Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. Brasília: ENAP, 2010.

Bibliografia Complementar

ANGELONI, M. T. (org.). **Organizações do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO, A. V.; NASCIMENTO, L. P. **Administração de recursos humanos**. v. 1. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004

LIMA, P. D. B. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

Disciplina: Empreendedorismo

Carga horária: 34 h/a

Objetivo: Conhecer o conceito de empreendedorismo e compreender sua importância no âmbito econômico, social e organizacional.

Ementa

Conceito de empreendedorismo. Características do empreendedor. Desenvolvimento de competências (Conhecimento, Habilidades e Atitudes – CHA) empreendedoras. Inovação, instituições, desenvolvimento e empreendedorismo. Empreendedorismo e novos negócios. Plano de negócios e sua elaboração. Análise de mercado e cadeia produtiva. Conduta ou estratégia para o empreendedor. Desempenho e gestão, elementos para continuidade do projeto empreendedor.

Bibliografia Básica

ALBAGLI, S. e MACIEL, M. L. **Capital Social e Empreendedorismo Local**. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Setembro, 2002. Disponível em; <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nts/nt33/F223_SaritaMLucia.PDF>>

CAMPOS, T. e LIMA, E. Um estudo sobre os fatores que influenciam no desenvolvimento de competências empreendedoras. **PRETEXTO**. v.20, n.1, p. 38-56, jan. mar., 2018.

CORTEZ, P. e VEIGA, H. Características pessoais dos empreendedores: clarificação conceitual dos construtos e definições da literatura recente (2010-2025). **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**. v.9, n.3, p. 58-79, dez. 2018.

PASSONI, D. MICHELS, E. **Empreendedorismo: Estado da Arte**. Capivari de Baixo/SC: Ed. FUCAP, 2018

Bibliografia Complementar

COSTA, A. et al. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Rev. adm. contemp.** vol.15.no.2.Curitiba Mar./Apr. 2011.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor (Entrepreneurship): Práticas e Princípios**. 6ª. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

ROSAS DA NATIVIDADE, D. **Empreendedorismo feminino no Brasil**: políticas públicas sob análise. Rev. Adm. Pública. v.43. no.1.Rio de Janeiro-Jan./Feb. 2009

Disciplina: Contabilidade Pública

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Entender a contabilidade no âmbito da administração pública.

Ementa

Princípios Fundamentais da contabilidade. Conceitos Básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Balanço Patrimonial e os Grupos de Contas. A Demonstração de Resultado do Exercício. Outras Demonstrações Financeiras. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Relatórios RREO e RGF.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de Finanças Públicas**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, C. L. **Introdução à contabilidade**: com abordagem para não contadores. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

Bibliografia Complementar

EQUIPE FEA/USP. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas. 1998.

FEIJÓ, P. H. **Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

Disciplina: Finanças Públicas

Carga horária: 68h/a

Objetivo: Possibilitar o conhecimento das peculiaridades do planejamento e gestão de finanças públicas.

Ementa

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento.

Bibliografia Básica

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017

GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C. D. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

ROSEN, H. S.; GAYER, T. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

Bibliografia Complementar

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUBER, J. **Finanças Públicas e Política Pública**. São Paulo: LTC, 2008.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas**: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Gestão de Processos

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Desenvolver uma abordagem gerencial que considere as atividades de gerenciamento de processos como instrumentos facilitadores na tomada de decisões, de sua operacionalização e de seu controle e avaliação nas instituições públicas.

Ementa

Visão geral da gestão de processos. Conceitos e definições da área. Hierarquia e tipologia de processos. Visão funcional e visão de processos. Definição dos processos do negócio. Estrutura organizacional e física. Fluxo produtivo e fluxo de informações. Layout. Controles em processos. Gestão da qualidade e Inovação em gestão de processos. Metodologias para análise e redesenho de processos.

Bibliografia Básica

CRUZ, T. **Sistemas, métodos e processos**. São Paulo: Atlas, 2003.

D'ASCENÇÃO, L. C. **Organização, sistemas e métodos**: análise, redesenho e informatização de processos administrativos. São Paulo: Atlas, 2001.

ARAUJO, L. C. G. **Gestão de Processos**: Melhores resultados e excelência organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia Complementar

COLENGHI, V. **O&M e qualidade total**: uma integração perfeita. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

CRUZ, T. **Workflow**: a tecnologia que vai revolucionar processos. São Paulo: Atlas, 2000.

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: Gestão de Projetos

Carga horária:68 h/a.

Objetivo: Conhecer as etapas de um projeto. Desenvolver habilidades de elaboração e gestão de projetos.

Ementa

Conceitos de projetos. Estrutura Analítica do Projeto. Relacionamento com interessados. Definição de prioridades e controle de projeto. Orientação dos objetivos e mensuração de resultados. Sinergias com contribuições multidisciplinares. Economias de tempo e custo no desenvolvimento do projeto. Competências do gestor de projetos.

Bibliografia Básica

BUARQUE, C. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MATHIAS, W. F.; WOILER, S. **Projetos: planejamento, elaboração e análise**. São Paulo: Atlas, 2006.

KEELING, R. **Gestão de projetos: uma abordagem global**. São Paulo: Saraiva, 2005

Bibliografia Complementar

RABECHINI JR., R.; CARVALHO, M. M. **Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2006.

RABECHINI JR., R. **O gerente de projetos na empresa**. São Paulo: Atlas, 2005.

ROLDÃO, V. S. **Gestão de projetos: uma perspectiva integrada**. São Carlos: Edufscar, 2004.

Disciplina: Contratos, Convênios e Licitações

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Entender os processos de licitação de contratos e convênios na gestão pública

Ementa

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. Processo licitatório: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria.

Bibliografia Básica

FERNANDES, J. U. J. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

TOLOSA FILHO, B. de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

Bibliografia Complementar

MELLO, C. A. B. de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018

MOTTA, C. P. C. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

Disciplina: Mercadologia no Setor Público

Carga horária: 68h/a

Objetivo: Compreender os conceitos de marketing aplicados ao setor público tendo o atendimento ao cidadão como fim.

Ementa

Conceito de marketing e administração de marketing. Marketing público. Composto de marketing. Marketing de organizações e serviços públicos. Marketing social. Marketing de lugares. Estratégia de marketing

Bibliografia Básica

CEZAR, L.C. **Comunicação e marketing no setor público**. Brasília: ENAP, 2019.

FROEMMING, L.M. **Marketing Público**. Ijuí: Ed.Unijuí, 2009.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar

COBRA, M. **Administração de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Marketing básico: uma perspectiva brasileira**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RIES, A.; TROUT, J. **Marketing de guerra**. 31 ed. São Paulo: Makron Books, 1989.

Disciplina: Planejamento e orçamento Público

Carga horária: 68h/a

Objetivo: Compreender a importância do planejamento e do orçamento público para a eficiência na gestão pública.

Ementa

Planejamento governamental e Planejamento público. Planejamento participativo. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

CARDOSO JR., J.C. (org.). **A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília:

IPEA, 2011.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia Complementar

DAGNINO, R. **Planejamento estratégico governamental**. 3. ed. Rev. Atual. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES, UAB, 2014. 162 p.

FREITAS, M. S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.

GIACOMONI, J. ; PAGNUSSAT, J. L. (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006

Disciplina: Planejamento Urbano e Regional

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Conhecer os principais conceitos e processos que envolvem o planejamento urbano e regional

Ementa

Introdução ao Planejamento Urbano e Regional e o processo de ocupação do espaço urbano. Conflitos urbanos. Dinâmica do Crescimento dos núcleos urbanos, subúrbios e regiões rurais. Planejamento, planejamento Integrado, níveis e escalas de planejamento. Desenvolvimento urbano sustentável e Cidades inteligentes.

Bibliografia Básica

KALIL, R. M. L. **Planejamento urbano e regional: conceitos, processos e Metodologias**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019.

MARTINS, B. C. (Orgs.) **Planejamento urbano e regional** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

REIS, R. S. **Planejamento urbano e regional**. Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.

Bibliografia Complementar

CYMBALISTA, R. e SANTORO, P. F. **Planos diretores: processos e aprendizados** (orgs). São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Disciplina: Estratégias e Políticas de Desenvolvimento de Territórios

Carga horária:68 h/a

Objetivo: Familiarizar os alunos com as teorias e estratégias de desenvolvimento regional com a finalidade de indicar possíveis utilizações para aplicação no campo da gestão pública.

Ementa

Desenvolvimento e contextualização espacial: território, região e localidade. Teorias do desenvolvimento regional. Desenvolvimento, instituições e cultura. Desenvolvimento e o ecossistema (meio ambiente, sociedade e desenvolvimento). Enfoques do desenvolvimento (decolonialismo, reciprocidade e mutualismo, inovação, sistemas agroflorestais e agroalimentares, etc). Dinâmica e estratégias de desenvolvimento de territórios. Planejamento territorial e políticas públicas de desenvolvimento.

Bibliografia Básica

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2017.

MANSUR, C. e THEIS, I. (orgs.) **Desenvolvimento regional**: abordagens contemporâneas. Blumenau: EDIFURB, 2009.

SILVEIRA, R. L. e FELIPPI, A.C.(Orgs.) **Territórios, redes e desenvolvimento regional**: perspectivas e desafios. Florianópolis: Insular, 2018.

SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C.O e BUSON, C. Patrimonialização como estratégia de desenvolvimento regional: uma proposta para o “caminho para os ervais”. **Profanações**. v. 7 n. Ed. esp. Dossie: Temáticas Transversais do Desenvolvimento, 2020.

Bibliografia Complementar

BRUM, A. K. e MOURA, A. P. (orgs.) **Instituições e economia brasileira**: uma perspectiva teórica, econômica e histórica sobre o atraso econômico. Curitiba: Íthala, 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional**: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

PAULA, A. de. Piotr Kropotkin e o Apoio Mútuo: A solidariedade enquanto substrato fundamental da Natureza e da Sociedade. **Élisée, Rev. Geo. UEG – Porangatu**, v.5, n.2, p.09-26, jul./dez. 2016.

Disciplina: Gestão da Informação

Carga horária: 68 h/a.

Objetivo: Propiciar conhecimentos específicos acerca dos sistemas de informação gerencial, bem como de bases de dados, dado e informação. Discutir as tecnologias da informação e seus impactos no ambiente organizacional.

Ementa

Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Infraestrutura de TI.

Bibliografia Básica

GORDON, S. R. **Sistema de informação uma abordagem gerencial**, Rio de Janeiro: LTC. 2006.

SILVA, A; RIBEIRO, J. A.; RODRIGUES, L. A. **Sistemas de Informação na Administração**

Pública. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

OLIVEIRA, D. P. R. Sistema de informação gerencial. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

MATTOS, A. C. M. **Sistema de informação:** uma visão executiva, São Paulo: Saraiva. 2005.

O'BRIEN, J. A. **Sistema de informação.** São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, J. F. **Sistema de informação.** Um enfoque gerencial inserido no contexto empresarial e tecnológico, São Paulo: Érica, 2002.C. 2006

REZENDE, D. A.; ABREU, F. A. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresarial.** São Paulo: Atlas, 2000

Disciplina: Gestão Logística e do Patrimônio

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: compreender a origem e os conceitos importantes relativos à administração de recursos materiais e patrimoniais

Ementa

Funções da logística e da administração de recursos materiais e patrimoniais. Importância logística para a estrutura empresarial. Logística e Cadeia de Suprimentos. Classificação e codificação de materiais. Estoques e lotes econômicos. Gestão de Compras e Suprimentos. Administração Patrimonial.

Bibliografia Básica

CHING, H. Y. **Gestão de Estoques na cadeia de logística integrada.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FRANSCISCHINI, P. G.; GURGEL, F. A. **Administração de materiais e do patrimônio.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004

Bibliografia Complementar

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos:** planejamento, organização e logística empresarial. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** São Paulo: Saraiva, 2012.

MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações.** São Paulo: Thompson, 2008.

POZO, H. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais:** uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2016.

SLACK, N. **Administração da Produção.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Disciplina: Gestão Pública Participativa

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Entender a importância da participação da sociedade na gestão como instrumento democrático e de desenvolvimento social.

Ementa

Conceito de participação. Histórico da administração participativa no mundo e no Brasil. Introdução à gestão participativa. Espaços participativos. Participação na relação Estado e Sociedade (sistema político, democracia participativa, poder popular, etc). Participação na gestão de recursos. Economia solidária. Empreendimentos sociais e solidários. Autogestão.

Bibliografia Básica

ADDOR, F.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.). **Tecnologia, participação e território**: reflexões a partir da prática extensionista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

KALIL, R. M. L. **Planejamento urbano e regional**: conceitos, processos e Metodologias. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2019.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

Bibliografia Complementar

BODART, C. (org.) **Gestão Pública**: transparência, controle e participação social. Vila Velha, ES, Faculdade Novo Milênio, 2015.

FARIA, J. H.. **Gestão Participativa**: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

FONSECA, L. S. **Gestão Participativa**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Paraná, e-TEC Brasil, 2010.

SANTOS, C.S. **Introdução à Gestão Pública**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Disciplina: Direito Público

Carga horária: 68 h/a

Objetivo: Fundamentar o conhecimento do direito, instrumentalizando o aluno para a interpretação e aplicação de regras jurídicas básicas

Ementa

Funções públicas e Órgão público. Conceito de Direito Administrativo. Autonomia, objeto e princípios próprios do Direito Administrativo. Direito Constitucional. Direito Tributário.

Bibliografia Básica

ALEXANDRINO, M. e VICENTE, P. **Direito Administrativo Descomplicado**. São Paulo: Editora Método, 2022.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

FUHRER, M. **Manual de direito público e privado**. 20.ed. Revista dos Tribunais, 2015.

Bibliografia Complementar

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo, São Paulo: Atlas, 2012.

NOHARA, I. P. **Fundamentos de direito público**. São Paulo: Atlas, 2016.

Disciplina: Governança e conformidade no setor Público

Carga Horária: 68h/a

Objetivo: Compreender a governança pública e sua interação com questões de responsabilidade social, econômica e ambiental de acordo com comportamento ético e em conformidade com valores sociais.

Ementa

Conceituação de governança no setor público. Liderança, direcionamento e monitoramento da gestão. Responsabilidades inerentes ao estabelecimento de políticas e resultados. Sistema estrutural de poder. Estratégias de governança. Controle e Gestão de riscos. Auditoria e prestação de contas. Mapeamento de riscos de conduta. Plano de ação de condutas éticas em conformidade com valores sociais. Regras de conduta e desenvolvimento de pessoas. Monitoramento de condutas.

Bibliografia Básica

ALTOUNIAN, C. S. et al. **Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática**. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

ASSI, M. **Governança, Riscos e Compliance: Mudando a Conduta nos Negócios**. Saint Paul Editora, 2017.

Bibliografia Complementar

PAULA, A. P. de. **Por uma Nova Gestão Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PASCARELLI FILHO, M. **A Nova Administração Pública: Profissionalização, Eficiência e Governança**. São Paulo: DVS, 2011.

Disciplina: Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEG)

Carga horária: 34h/a

Objetivo: Planejar e executar planos para a melhoria de práticas de gestão pública

Ementa

Visão geral sobre modelo de excelência em gestão, incluindo os fundamentos da gestão para a excelência. Realização da avaliação e melhoria da gestão. Elaboração de cadastro organizacional. Avaliação e pontuação dos fundamentos dos processos de gestão e de geração de valor público.

Bibliografia Básica

DE PAULA, A. P.P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. FGV editora, 2005.

KAPLAN, Robert s; Norton, d. P. – **A estratégia em ação - balanced scorecard**. Campus, 1997.

FERREIRA, André ribeiro. Modelo de excelência em gestão pública. **Revista eixo**, 1.1: 31-43.2012

Bibliografia Complementar

SIRQUEIRA, E. M. ; **Guia para melhoria da gestão das transferências da união**, Brasília, ministério da economia. 2019.

FERREIRA, A. R. **Modelo de excelência em gestão pública no governo brasileiro**: importância e aplicação. In: *xiv congreso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública, salvador de bahia, brasil*. 2009. P. 27-30.

Ribeiro, Nuno A.; Nogueira, Sónia P.; Carvalho, João Baptista da Costa; Gomes, Agostinha P. **O balanced scorecard aplicado à administração pública**. Lisboa: ed. Publisher Team. 2007

Disciplina: Projeto Integrador I

Carga horária: 68

Objetivo: Contextualizar, integrar e articular conhecimentos práticos e teóricos em ação com grupos comunitários baseados nas disciplinas anteriores e concomitantes com a aplicação da disciplina Projeto Integrador I.

Ementa

Definição de temas a partir de situações problemas possíveis que envolvam a comunidade e que possuam caráter multidisciplinar de acordo com módulos disciplinares anteriores e concomitantes com o PROJETO INTEGRADOR I. Liderança e planejamento de atividades. Plano de ação e definição de equipes. Divulgação de projetos e seu desenvolvimento.

Bibliografia Básica e Complementar

Bibliografias inerentes aos conteúdos trabalhados nos módulos disciplinares anteriores e concomitantes com a elaboração da disciplina de Projeto Integrador I.

Disciplina: Projeto Integrador II

Carga horária: 68

Objetivo: Contextualizar, integrar e articular conhecimentos práticos e teóricos em ação com grupos comunitários baseados nas disciplinas anteriores e concomitantes com a aplicação da disciplina Projeto Integrador II.

Ementa

Diagnóstico de situações problemas e definição de que envolvam a comunidade e que possuam caráter multidisciplinar de acordo com módulos disciplinares anteriores e concomitantes com o Projeto Integrador II. Liderança e planejamento de atividades. Plano de ação e definição de equipes. Divulgação de projetos e seu desenvolvimento.

Bibliografia Básica e Complementar

Bibliografias inerentes aos conteúdos trabalhados nos módulos disciplinares anteriores e concomitantes com a elaboração da disciplina de Projeto Integrador II.

Disciplina: Projeto Integrador III

Carga horária: 68

Objetivo: Contextualizar, integrar e articular conhecimentos práticos e teóricos em ação com

grupos comunitários baseados nas disciplinas anteriores e concomitantes com a aplicação da disciplina Projeto Integrador III.

Ementa

Abordagem de situações problemas que envolvam a comunidade. Multidisciplinariedade. Módulos disciplinares anteriores e concomitantes ao Projeto Integrador III. Liderança e planejamento de atividades. Plano de ação e definição de equipes. Divulgação de projetos e seu desenvolvimento. Avaliação de resultados de ações de extensão. Elaboração de relatórios preliminares.

Bibliografia Básica e Complementar

Bibliografias inerentes aos conteúdos trabalhados nos módulos disciplinares anteriores e concomitantes com a elaboração da disciplina de Projeto Integrador (I, II ou III)

Disciplina: Linguagem Brasileira de Sinais - Libras (Optativa)

Carga horária: 34

Objetivo: Compreender e utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais para comunicação básica com pessoas com deficiência auditiva no Brasil.

Ementa

Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Prática de Libras.

Bibliografia Básica

FELIPE, T. A. **Libras em Contexto** : Curso Básico : Livro do Estudante / Tanya A. Felipe. 8ª. edição- Rio de Janeiro : WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

MARTINS, V. R. O. **Libras**: aspectos fundamentais. Curitiba. InterSaberes, 2019.

Bibliografia Complementar

LIBRAS.ORG. **Linguagem Brasileira de Sinais**. Disponível em:

<<http://www.libras.org.br/leilibras.htm>>

12. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPCG

12.1 Legislação geral

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n°. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

12.2 Criação, credenciamento, estatuto, regimento geral e plano de desenvolvimento institucional da UEMS

a) Decreto Estadual n°. 7.585, de 22 de dezembro de 1993. Institui, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

- b) Deliberação CEE/MS nº 9943, de 12 de dezembro de 2012. Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, sediada em Dourados, MS, pelo prazo de seis anos, de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.
- c) Decreto nº. 9.337, de 14 de janeiro de 1999. Aprova o Estatuto da Fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- d) Resolução COUNI-UEMS nº. 227 de 29 de novembro de 2002. Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- e) Resolução COUNI-UEMS nº 438, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2014 a 2018.

12.3 Legislação federal sobre os cursos de graduação

- a) Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que inclui as LIBRAS como Disciplina Curricular.
- b) Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes e dá outras providências.
- c) Parecer CNE/CP nº. 003, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- d) Resolução CNE/CP nº. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- e) Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- f) Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental.
- g) Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- h) Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

12.4 Atos legais inerentes aos cursos de graduação da UEMS

- a) Parecer CNE/CES nº. 067, de 11 de março de 2003. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os Cursos de Graduação.

- b) Parecer CES/CNE nº. 261/2006, 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- c) Resolução nº. 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- d) Resolução CEPE-UEMS nº. 1.238, de 24 de outubro de 2012. Aprova o regulamento do Comitê Docente Estruturante para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- e) Resolução CEPE-UEMS nº 1.569, de 19 de outubro de 2015. Altera a Resolução nº 1.238, do CEPE-UEMS, de 24 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2015.
- f) Instrução Normativa PROE-UEMS nº 07, de 8 de abril de 2004 - dispõe sobre as Diretrizes para elaboração de Relatórios de Autoavaliação dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- g) Resolução CEPE-UEMS nº 1.864, de 21 de junho de 2017. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 267, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- h) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.
- i) Resolução CEPE-UEMS nº 2.071, de 27 de junho de 2019. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.
- j) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, aprova normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- k) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 304, de 30 de abril de 2020, altera a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, homologada pela Resolução CEPE n. 1.865, de 21 de junho de 2017, que aprova as normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS.
- l) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 309, de 30 de abril de 2020. Aprova o regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- m) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 310, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para a

elaboração, execução e controle das Atividades Complementares de Ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

n) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312, de 30 de abril de 2020, dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

o) Resolução CEPE-UEMS nº 2.204, de 04 de dezembro de 2020. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 309, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de abril de 2020, que aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

12.5 Legislação federal sobre os cursos de tecnologia

a) Parecer CNE/CES nº 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001. Orientações sobre Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.

b) Parecer CNE/CP nº 29/2002, aprovado em 3 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia.

c) Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia.

d) Portaria MEC nº 10, de 28 de Julho de 2006. Aprova o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

e) Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006. Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.

f) Parecer CNE/CES nº 239/2008, aprovado em 6 de novembro de 2008. Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

g) Resolução Normativa 017/2006/CNPq. Norma específica do Programa de bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI.

h) Portaria MEC nº 413, DE 11 de maio de 2016. Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST, elaborado conjuntamente pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

12.6 Outros documentos federais citados e/ou consultados

a) BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

b) _____. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: mar. 2016.

c) _____. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: fev. 2015.

12.7 Outras referências utilizadas na construção do projeto pedagógico

a) GOMES, Márcia Bueno. O direito público subjetivo à educação na ação normativa de Mato Grosso do Sul. In: **9º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED - Centro Oeste**, 2008, Taguatinga, DF. Educação:tendências e desafios de um campo em movimento. Taguatinga, DF: UCB, 2008. p. 1117-1130.

b) PALUMBO, Dennis. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: SOUZA, Eda C. B. Machado de (Org). **A avaliação e a formulação de políticas públicas em educação: leituras complementares**. Brasília: MEC/UnB, 1998. p. 35-62.

c) FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização no Brasil na ótica da Exclusão. In Marchesi, Álvaro; Gil, Carlos Hernandez. (Org.). **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. v. 1. Porto alegre: ARTMED, 2004. p.48-65.

d) OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.28, p.5-23, abr. 2005. Disponível em:
<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782005000100002&lng=pt&nrm=iso>
> .Acesso em: 16 nov. 2007.